



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 50/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10722/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE/URUCARÁ.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Afonso Aoki da Fonseca, Diretor – Presidente do SAAE do Município de Urucará.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório de Conclusivo nº. 96/2015 (fls. 697/724).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3825/2015-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 725/731).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas. Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE/ Urucará. Exercício de 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Aplicação de Multa. Fixação de prazo. Determinações.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

8.1- Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)** do município de Urucará/AM, exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor **Afonso Aoki Fonseca**, Diretor Geral, à época, nos termos do art. 71, II da CF/88 c/c art. 40, II da CE/89; art. 22, inciso II c/c art. 24 da Lei nº 2.423/96-LO/TCE;

8.2- Aplicar Multa ao responsável **no valor de R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96, pelas restrições nºs 10, 11, 14 e 15 elencadas no Relatório/Voto;

8.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96.

8.4- Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento do valor da condenação, *ex vi* do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

8.5- Determinar à origem:



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 50/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

8.5.1- que evite a ocorrência de recolhimentos previdenciários de forma intempestiva dos servidores efetivos e do próprio jurisdicionado/patronal (SAAE), afim de não incorrer na cobrança de juros e multas adicionados as contribuições, contrariando ao que determina o § 9º e 10º do art. 42 da Lei Municipal n.º 07/2007;

8.5.2- evitar o atraso no recolhimento das Guias do INSS (GPS), tendo como consequência o pagamento de juros e multas configurando a ausência de controle de consignações e infringindo o prazo de pagamento estabelecido no art. 216, inciso I, alínea “b” do Decreto n. 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social) c/c o art. 12, inciso I, e art. 9, inciso I, alínea “m” da mesma norma;

8.5.3- evitar a ocorrência da desatualização das fichas de entrada e saída dos materiais de consumo, pois observamos que tais materiais encontravam-se em poder dos fornecedores, sendo requeridos conforme a necessidade do SAAE;

8.5.4- observar com maior rigor as exigências da legislação de direito financeiro, especialmente durante a composição dos processos de empenho, liquidação e pagamento de despesas;

8.5.5- observar com maior rigor as exigências da legislação de licitações e contratos, que formalize os processos de dispensa de licitação, que preceda todas as contratações de compras, obras e/ou serviços de ampla pesquisa de mercado, como condição básica para seleção da melhor proposta à Administração.

8.6- Determinar às próximas Comissões que fiscalizarem o SAAE/Urucará, que observem se as determinações elencadas no Relatório/Voto foram cumpridas.

7- Ata: 02ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

8- Data da Sessão: 26 de janeiro de 2016.

9- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

10- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral